

APRESENTAÇÃO

Rosângela de Lima Vieira¹

Com satisfação apresento esse dossiê sobre a “África, e as relações Brasil e África”, fruto de um trabalho compartilhado na disciplina.

Embora a lei 10.639 de 2003 tenha tornado obrigatórios os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana², os entusiastas crêem no efeito multiplicador num processo de mudança na formação dos professores e profissionais em geral. O currículo escolar não pode retratar somente a cultura europeia, num país em que 45% da sua população é formada por afrodescendentes³.

Nosso interesse em relação à África vem se ampliando ao longo do tempo, na própria experiência acadêmica. Organizamos a *Semana Acadêmica Africana* em dois anos consecutivos (2016 e 2017); o evento que busca ampliar conhecimentos e proporcionar análises conjunturais sobre o Continente, as relações Brasil e países africanos, e a população brasileira afro-descendente.

Também a *Semana* tem proporcionado um contato mais direto com aspectos da vida cultural africana com a presença dos embaixadores de Guiné Bissau e da Costa do Marfim, e com a realização de oficinas gastronômicas, de turbantes e de boneca Abaomi. Enfim, a diversidade tem sido a marca da *Semana Acadêmica Africana*: tratamos de história, economia, política e cultura popular.

Por outro lado, com os eventos, foi ficando cada vez mais clara a necessidade de estudos mais formais sobre o Continente para alunos de graduação. A oportunidade de preenchermos parte desta lacuna ocorreu com o oferecimento da disciplina *Tópicos de História* para os cursos de Ciências Sociais e Relações Internacionais da FFC/Unesp-Marília, em 2017. Sua ementa nos permitiu a criação de um programa que abarcasse dois grandes objetivos: 1) caracterizar o processo de colonização do continente africano na perspectiva da “análise dos sistemas-mundo”; 2) relacionar o processo de descolonização e a atualidade do continente africano com os interesses do sistema-mundo moderno.

Sendo uma disciplina optativa, surpreendeu-nos a procura para matrícula, estudantes de CS, de RI e outros cursos como filosofia e biblioteconomia. A propostada disciplina foi que estudássemos de forma ampla a temática e que, ao término, organizássemos um dossiê sobre a África e os afro-descendentes, contribuindo assim para a ampliação necessária da produção acadêmica sobre o tema.

Os cinco artigos deste número surpreenderam pela variedade temática e qualidade acadêmica, o que demonstra o esforço de pesquisa e o entusiasmo na adesão à proposta inicial. Deles, aqui está uma breve amostra.

¹ Professora doutora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Campus de Marília.
rosangela_vieira@uol.com.br

²E a lei 11.645 de 2008 incluiu também a história e cultura dos povos indígenas brasileiros. Essa lei, contudo, lamentavelmente foi revogada por medida provisória MP 746/2016.

³ IBGE, 2006.

Temos três artigos que tratam da África do Sul. “Apartheid: uma contribuição da geografia” de Pedro Klein Garcia apresenta dados sul-africanos sobre população, língua, etnia, divisão religiosa, divisão política e economia, seguidos de um histórico sobre o Apartheid. O artigo relaciona ainda a segregação racial e os interesses de acumulação de capital.

Já o texto: “Perdão e entendimento na África da Sul pós apartheid? Um estudo de caso sobre a Comissão da Verdade e Reconciliação”, de Nicole Fassio Mahlow Tricárico, analisa brevemente o regime segregacionista que perdurou na África sul de 1944 a 1994, buscando compreender as consequências políticas, econômicas e sociais desse regime, com enfoque principal nas ações da Comissão da Verdade e Reconciliação no país. A comissão foi criada em 1995, pela Lei de Promoção da Unidade de Reconciliação Nacional, e teve como objetivo principal investigar e registrar os casos mais graves de violação dos direitos humanos ocorridos entre 1960 e 1994.

Fechando este bloco, o estudo: “Breves considerações sobre a construção e limites da cidadania de gênero na África do Sul” de Marina Biagioni Marquezi e Jéssica Tauane dos Santos demonstra que a Constituição sul-africana pós-Apartheid (1996) trouxe inúmeros direitos às mulheres, antes excluídas pela hierarquia racial. Segundo as autoras, durante o processo de transição para a democracia ocorreram vários debates sobre como construir uma democracia que não fosse cega quanto às relações de gênero. No entanto, muitas das novas leis e políticas não conseguiram abarcar as diferenças existentes entre os distintos grupos de mulheres e não conseguiram reconhecer o fato de que algumas possuíam experiências diferentes, devido ao grau de marginalização. Concluiu-se que apesar dos avanços conseguidos pelos movimentos feministas sul-africanos as medidas adotadas para o estabelecimento de uma cidadania de gênero não foram suficientes para realmente mudar o cenário de desigualdade em que as mulheres vivem na África do Sul.

As relações entre os países africanos aparecem nas preocupações que Renato Matheus Mendes Fakhoury nos trouxe em: “Intervir ou não intervir: a ‘diplomacia silenciosa’ e a política externa sul-africana em relação ao Zimbábue”. Nele buscou-se compreender os mecanismos de política externa adotados pela África do Sul durante a crise do Zimbábue. Para tanto, foram consideradas as relações sul-africanas para com os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, em específico suas interações com o Zimbábue, adotando a perspectiva teórica da estabilidade hegemônica. Neste contexto, a efetividade da “diplomacia silenciosa” – utilizada pelo governo sul-africano enquanto mecanismo de política externa em relação ao Zimbábue – caracterizou-se principalmente pela escolha de não criticar o presidente zimbabuano em público, preferindo fazê-lo em contatos diretos.

Diante das inúmeras catástrofes humanitárias do continente africano, um dilema se impõe: intervir ou não. O artigo de Ligia Maria Caldeira Leite de Campos nos mostra que se a intervenção ocorrer, como garantir “A proteção aos agentes humanitários internacionais: o caso do Sudão do Sul”. Esse artigo aborda o tema da proteção dada aos agentes humanitários internacionais que se encontram em zonas de conflito, atuando em Organizações Não-Governamentais ou Organizações Internacionais, uma vez que eles são constantemente alvos de ataques pelas partes conflitantes. Por meio de um estudo de caso e uma pesquisa documental, histórica e bibliográfica, a autora procurou entender a relevância da assistência humanitária para os civis nesses locais e os problemas enfrentados. Utilizou o caso do Sudão do Sul, país com um intenso conflito e crise humanitária alarmante, onde os agentes humanitários constantemente são atacados, afetando a população civil. Nada é fácil na África!

* * *

Como se pode observar foram vários temas que instigaram os alunos em suas pesquisas; algumas já estavam em andamento, outras surgiram das discussões em sala de aula. Por tudo isso, aprendi muito, devo confessar! E também estou orgulhosa da dedicação desses alunos – em aprender, pesquisar e escrever – desejosos em contribuir com os esforços para valorizar a África e os Africanos como alicerce de nossa história.

